



HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Professor Araújo, nº 538 - Bairro Centro
Pelotas-RS, CEP 96020-360
- <http://he-ufpel.ebserh.gov.br>

Composição do BDI.

Introdução

BDI é a sigla para Budget Difference Income ou, em tradução livre, Benefícios e Despesas Indiretas. Esse cálculo tem como objetivo ajudar a compor um preço adequado para as despesas com materiais e serviços contratados pela administração pública.

O Acórdão nº 2.622/2013 - TCU versa sobre as faixas de valores dos itens componentes do cálculo do BDI, bem como os valores referenciais de BDI por faixa de valores de obras e serviços de engenharia.

Este documento define o cálculo do BDI para intermediação de fornecimento de peças e componentes com aplicação para serviços de manutenção de equipamentos médicos hospitalares e também para o BDI de serviços de intermediação para subcontratação de serviços especializados de manutenção preventiva, corretiva, calibração, validação, qualificação, certificação, treinamento, transporte e instalação por regime de subcontratação eventual.

Componentes do BDI

Os itens considerados no cálculo do BDI estão contemplados nas tabelas do Acórdão 2.622/2013 e também podem ser verificados no Art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, sendo:

- I - Taxa de rateio da administração central;
- II - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;
- III - Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e
- IV - Taxa de lucro.

De acordo com o Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), foi criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos.

Além disso, para o Cálculo do BDI devem ser considerados os tributos municipais, estaduais e federais, pois são relevantes para o cálculo das operações das empresas sem que causem prejuízo aos fornecedores.

* Por falta de dados específicos de serviços na área de engenharia clínica e por similaridade de áreas, considerando ser da grande área de engenharias, foram utilizados os dados citados por diversos órgãos do governo em serviços de engenharia civil para a composição do BDI. Vale ressaltar que esses valores são apenas para referência, onde a licitante deverá identificar os itens de sua composição de custos.



HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Professor Araújo, nº 538 - Bairro Centro
Pelotas-RS, CEP 96020-360
- <http://he-ufpel.ebserh.gov.br>

Administração Central

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece que essa parcela fique entre 3,00% e 5,50%, para obras de construção de edifícios.

Várias bibliografias apontam para uma taxa variando entre 2% e 15%, conforme cita o relatório que fundamentou o acórdão 2369/2011, a saber:

"Mozart Bezerra da Silva, em seu livro 'Manual de BDI', 1ª Edição, 2006 (p.56 e 57), apresenta orçamentos para oito portes de empresas construtoras dos quais pode ser inferido que o rateio da Administração Central terá uma relação inversa com o custo direto. Tais estudos indicam uma taxa de administração central variando de 5 % a 15%. Também, Maçahico Tisaka – 'Orçamento na Construção Civil', 1ª Edição, 2006 (p. 93) – considera o rateio da Administração Central variando entre 5% e 15%, e Aldo Dórea Mattos – Como preparar orçamento de obras, 1ª Edição, 2006 (p. 208 e 209) afirma que os valores mais comuns ficam entre 2% e 5% do custo da obra. Já André Luiz Mendes e Patrícia Reis Leitão Bastos, em 'Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)', publicado na Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v. 32, n. 88, abr/jun 2001, sugerem, para a composição do BDI dos orçamentos de obras públicas, a adoção de uma taxa de administração central de 6%."

Diversos são os fatores que podem influenciar as taxas de administração central praticadas pelas empresas, podendo ser citados: estrutura da empresa, número de obras e serviços que a empresa esteja executando no período, complexidade e prazo, bem como o faturamento da empresa. Assim, compor a taxa de Administração Central depende dos gastos de cada empresa, os quais são extremamente variáveis em função do seu porte e dos contratos que são por ela administrados.

Assim, constata-se que adotar uma equação para o cálculo do rateio da administração central a exemplo da proposta por Maçahico Tisaka – 'Orçamento na Construção Civil', 1ª Edição, 2006 (p. 91) é totalmente inútil para o gestor público, pois este não conhece, a priori, qual o faturamento e a estrutura de custos da empresa que ganhará a licitação e/ou executará o serviço.

Deste modo, considera-se de bom senso utilizar para a Administração Central a taxa de 4,00% para o BDI referencial.

Seguro e Garantias

Para o item Seguro, a previsão é de uma taxa específica para cobrir as despesas advindas da contratação de seguros para cobertura dos riscos que são inerentes ao ramo da atividade, visto que reduzi-los a zero é, de forma evidente, impossível. Quanto às Garantias, foram consideradas as recomendações dadas pelos Acórdãos 325/2007 e 2622/2013, ou seja, utilizar o valor mínimo igual a zero nos casos em que não haja exigência no edital até o valor de 0,80% quando somado ao item Seguro.



HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Professor Araújo, nº 538 - Bairro Centro
Pelotas-RS, CEP 96020-360
- <http://he-ufpel.ebserh.gov.br>

Assim, considerou-se o valor de 0,80% para o BDI referencial no que tange à Seguros e Garantias (S + G) com base nos valores da tabela de obras do Acórdão 2622/2013.

Riscos e imprevistos

Considerou-se de bom senso trabalhar com a faixa de valores do item Riscos da tabela do Acórdão 2622/2013, adotando o valor médio de 1,27% para BDI referencial. Conforme o item 3.2 no quadro 10 do mesmo Acórdão, o item “Construção de Edifícios”, o qual compreende obras de construção, reforma de edificações e obras aeroportuárias terminais.

Despesas Financeiras

Conforme Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63, salvo casos excepcionais, as entidades contratantes só podem legalmente pagar pelos serviços após sua efetiva realização nos contratos de construção de obras públicas. Deste modo, a contratada adquire os insumos e realiza os serviços com seus próprios recursos, e recebe pelos serviços em até 30 dias após a medição, conforme estabelece a Lei n. 8.883/1994. Ocorre, com isso, uma defasagem entre o momento do desembolso e o momento do efetivo recebimento, o que acarreta perda monetária.

Mês/Ano	Taxa Selic 12 meses
jan/23	1,12%
fev/23	0,92%
mar/23	1,17%
abr/23	0,92%
mai/23	1,12%
jun/23	1,07%
jul/23	1,07%
ago/23	1,14%
set/23	0,97%
out/23	1,00%
nov/23	0,92%
dez/23	0,89%
Média	1,03%
Fonte: Site da receita federal (gov.br)	

Sendo a Selic a taxa oficial de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, considera-se adequada a sua utilização para a definição de um patamar para remunerar as despesas financeiras, conforme consta no relatório que fundamentou o Acórdão nº 325/2007 - Plenário, o percentual mensal relativo aos últimos doze meses foi de 1,03 % para ambos BDI.



HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Professor Araújo, nº 538 - Bairro Centro
Pelotas-RS, CEP 96020-360
- <http://he-ufpel.ebserh.gov.br>

Lucro

O lucro é outra parcela reconhecidamente complexa de se estimar, apresentando grande variação de valores propostos entre os autores da área e também nos adotados pelos órgãos públicos em suas licitações. Considerou-se a taxa de Lucro de 7,40% para BDI referencial por ser adotada em outros hospitais da rede EBSERH nos últimos anos.

PIS e COFINS

O regime cumulativo do PIS e COFINS é regido pela Lei 9.718/1998 e se baseia na receita bruta da pessoa jurídica, sem descontos de créditos. Empresas que possuem a apuração do seu imposto de renda baseado no Lucro Arbitrado ou Lucro Presumido é que se encaixam no regime cumulativo. As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. O faturamento a que se refere o art. 2º compreende a receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.

A alíquota do PIS e da COFINS no regime cumulativo são as seguintes:

- COFINS: 3%
- PIS: 0,65%

ISSQN

Para o ISSQN, a alíquota mínima foi fixada em 2% pelo art. 88, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, enquanto a alíquota máxima foi estipulada em 5% pelo art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003. Ressalte-se, ainda, conforme o § 2º, inciso I, art. 7º dessa mesma Lei Complementar, que a base de cálculo desse tributo é o preço do serviço, excluindo-se desse número o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços. Ainda, os municípios gozam de autonomia para fixar as alíquotas desse tributo, desde que respeitados esses limites, e que, nos orçamentos, se deve adotar a alíquota de ISS do município onde o empreendimento é realizado, e não aquela de onde fica a sede da empresa vencedora. Assim, sendo a obra ou o serviço de engenharia executada no município de Pelotas RS, conforme o Lei LEI Municipal Nº 5147, de 25 de julho de 2005, para o imposto sobre serviços de intermediação e congêneres é estipulada a alíquota em 3%.

CPRB

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas em substituição à contribuição patronal de 20%.



HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Professor Araújo, nº 538 - Bairro Centro
Pelotas-RS, CEP 96020-360
- <http://he-ufpel.ebserh.gov.br>

Esse percentual que foi estabelecido em 2,00% aplicado sobre o valor da receita bruta, pelo acórdão nº 2.622/2013, foi alterado para **3,6%**, pela Lei n.º 14.973/2024, publicada em 16 de setembro de 2024.

ICMS RS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Rio Grande do Sul é o principal tributo estadual e incide sobre a movimentação de produtos no mercado interno e sobre serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. A alíquota padrão do ICMS no RS é de 17%, mas o governo pode aplicar exceções, com alíquotas maiores para itens considerados onerosos. Existe ainda uma tratativa para aumento do ICMS para 19,5% em função da Lei complementar 194 e em função da reforma tributária aprovada no Congresso ao estabelecer que a repartição do novo imposto sobre bens e serviços (IBS) levará em conta por 50 anos a proporção da arrecadação de ICMS de cada estado entre 2024 a 2028. Até o presente momento não há publicações de que tenha sido aprovada a nova alíquota, mantendo-se em 17% o imposto atual.

Conclusão

Planilhando todos os impostos referentes ao BDI em diversos processos e analisados, e trazidos à realidade da cidade de Pelotas onde fica localizada a Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e a Filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, abaixo consta a planilha referentes à composição do BDI para serviços de intermediação para fornecimento de materiais.

Planilha de composição do BDI		
Materiais		
ITEM	DESCRIÇÃO	%
1	Composição do BDI	
1.1	Rateio da administração central	4,00%
1.2	PIS + COFINS	3,65%
1.4	ICMS-RS	17,00%
1.5	Diferença de alíquota de ICMS	
1.6	Seguro e garantia	0,80%
1.7	Risco	1,27%
1.8	Lucro	7,40%
1.9	Despesas financeiras	1,03%
1.10	Imposto de renda	0,00%
1.11	Cont.Prev s/Rec.Bruta (LEINº 14.973/2024)	3,60%
1.12	Outros (especificar)	
2	Percentual Total do BD.I. de materiais	38,75%